

Avaliação da transparência e dados sobre a pandemia do Covid-19: uma análise dos portais eletrônicos das capitais dos estados brasileiros

FABIANO MAURY RAUPP^I

JOSÉ ANTONIO GOMES DE PINHO^{II}

<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v14i42.3629>

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar a transparência e dados sobre a pandemia do Covid-19 nas capitais brasileiras. O estudo baseou-se na aplicação do Índice de Transparência da Covid-19 por meio de pesquisa documental de caráter descritivo com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de protocolos observacionais. Foram feitos quatro levantamentos para verificar se haveria evolução do quadro referente à pandemia do Covid-19 e se os gestores estariam tomando providências para tornar os portais mais transparentes em relação às informações sobre o vírus. Constatou-se que as informações mais divulgadas se referem à idade e sexo de indivíduos infectados, além do tipo de internação. As informações menos divulgadas referem-se à ocupação de leitos e testes disponíveis, sendo que nenhum portal disponibilizou informações em formato aberto, ou seja, dados estruturados em planilha com formato editável. Há capitais que estão trilhando um caminho na busca por transparência, principalmente aquelas classificadas no estudo nos extratos médio e bom, já que não houve classificadas no nível alto. As capitais classificadas no nível opaco, que significa a quase ausência de transparência e dados sobre a pandemia do Covid-19, parecem mais distantes deste caminho.

Palavras-chave: Transparência de dados. Pandemia do Covid-19. Capitais brasileiras. Portais eletrônicos oficiais.

Submetido em: 17/08/2021

Aprovado em: 10/03/2022

^I Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis (SC), Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-9533-2574>; e-mail: fabianoraupp@hotmail.com

^{II} Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador (BA), Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-4122-3652>; e-mail: jagp@ufba.br

Assessment of transparency and data on the Covid-19 pandemic: an analysis of electronic portals in the capitals Brazilian states

Abstract

The article aims to analyze the transparency and data on the Covid-19 pandemic in Brazilian capitals. The study was based on the application of the Covid-19 Transparency Index through descriptive documentary research with a qualitative approach. Data collection was performed using observational protocols. Four surveys were carried out to verify if there would be an evolution of the picture referring to the Covid-19 pandemic and if the managers were taking steps to make the portals more transparent in relation to information about the virus. It was found that the most disseminated information refers to the age and sex of infected individuals, in addition to the type of hospitalization. The least publicized information refers to the occupation of beds and available tests, and no portal provided information in an open format, that is, data structured in a spreadsheet with editable format. There are capitals that are treading a path in the search for transparency, especially those classified in the study as medium and good, since there were no classified in the high level. Capitals classified at the opaque level, which means the near absence of transparency and data on the Covid-19 pandemic, seem further away from this path.

Keywords: Data transparency. Covid-19 pandemic. Brazilian capitals. Official electronic portals.

Evaluación de la transparencia y los datos sobre la pandemia Covid-19: un análisis de los portales electrónicos en las capitales de los estados brasileños

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar la transparencia y los datos sobre la pandemia Covid-19 en las capitales brasileñas. El estudio se basó en la aplicación del Índice de Transparencia Covid-19 a través de una investigación documental descriptiva con enfoque cualitativo. La recolección de datos se realizó mediante protocolos observacionales. Se realizaron cuatro encuestas para verificar si habría una evolución en el cuadro referente a la pandemia Covid-19 y si los administradores estaban tomando medidas para hacer los portales más transparentes en relación a la información sobre el virus. Se encontró que la información más difundida se refiere a la edad y sexo de los infectados, además del tipo de hospitalización. La información menos publicitada se refiere a la ocupación de camas y pruebas disponibles, y ningún portal proporcionó información en formato abierto, es decir, datos estructurados en una hoja de cálculo con formato editable. Hay capitales que están recorriendo un camino en la búsqueda de la transparencia, sobre todo las catalogadas en el estudio como medias y buenas, ya que no fueron clasificadas en el nivel alto. Las capitales clasificadas en el nivel opaco, lo que significa la casi ausencia de transparencia y datos sobre la pandemia de Covid-19, parecen más alejadas de este camino.

Palabras clave: Transparencia de datos. Pandemia de Covid-19. Capitales brasileiras. Portales electrónicos oficiales.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a transparência no processo de disponibilização de dados governamentais, em relação ao Covid-19, nas capitais dos estados brasileiros. Utilizou-se como base o Índice de Transparência do Covid-19, “uma iniciativa da *Open Knowledge Brasil* (OKBR) para avaliar a qualidade dos dados e informações relativos à pandemia do novo coronavírus que têm sido publicados pela União e pelos estados brasileiros em seus portais oficiais.” (CAMPAGNUCCI, 2020a, p. 1). Pressupõe-se que em momentos de isolamento social decorrentes de pandemias, as pessoas procuram na internet informações para que possam se inteirar da real situação. O cidadão pode buscar nos portais dos entes governamentais informações decorrentes de estatísticas, controles efetivos, experimentos iniciais entre outros.

O “Estado brasileiro e, por conseguinte, a legislação pátria, acompanhando a tendência mundial, tem procurado tornar-se adequada às mudanças exigidas pela sociedade, ajustando o arcabouço legal nacional aos novos tempos.” (MACADAR; FREITAS; MOREIRA, 2015, p. 82). A transparência faz parte deste contexto, e tem recebido espaço no debate sobre o relacionamento do Estado com os seus jurisdicionados. Mesmo de forma tímida, o amadurecimento do regime democrático brasileiro, na busca de um sistema cada vez mais representativo, tem permitido a ampliação de mecanismos de controle social e do exercício da cidadania. Assim, torna-se relevante “conhecer a gênese do fenômeno no país, acompanhar sua evolução, de forma a melhor compreender o atual estágio” (MACADAR; FREITAS; MOREIRA, 2015, p. 82), de forma particular o caso da pandemia do Covid-19, conforme procurou-se contemplar no presente estudo.

Segundo a Campagnucci (2020a, p. 1), “gestores públicos de todo o mundo têm corrido contra o tempo para monitorar a crise e implementar políticas eficazes de combate à pandemia. A gestão e divulgação de dados é fundamental nesse esforço”. No Brasil coexiste uma “heterogeneidade grande na forma de coleta e divulgação de dados, o que pode dificultar a realização de pesquisas e o monitoramento por parte dos próprios gestores e da sociedade como um todo.” (CAMPAGNUCCI, 2020a, p. 2). Para tanto, a questão que surge é se as cidades brasileiras mais afetadas pela Covid-19 estão preparadas para disponibilizar tais informações de forma transparente e se de fato isto está acontecendo. Implica,

portanto, conhecer como isso vem ocorrendo, abordando-se seletivamente os contextos das capitais dos estados brasileiros, os instrumentos que estão sendo utilizados e as informações transparenciadas.

Transparência na Covid-19

O estudo considera a transparência com parte do conceito de *accountability*, conforme colocado por Pinho e Sacramento (2009), assim como imbricada à ideia de descentralização. Entendimento semelhante é compartilhado por Zuccolotto e Teixeira (2017), que percebem a transparência, por anteceder a justificação e a responsabilização no ciclo da *accountability*, como dimensão crucial para consolidar democracias em federações descentralizadas. Segundo Zuccolotto e Teixeira (2017, p. 391):

Não basta apenas que o Governo Central esteja engajado em políticas de transparência. As unidades subnacionais também precisam fazer sua parte para que os cidadãos se apropriem das informações e, dessa forma, exerçam seu direito negativo.

Pinho e Sacramento (2009) ao analisar a questão do *accountability* no Brasil notaram que, apesar de avanços institucionais e legais feitos no começo deste século no país, ainda estamos longe de um *accountability* consolidada. Pode-se dizer que a transparência, corporificada por informação e justificação, seria a parte mais "fácil" de cumprir do *accountability*. Porém, no fundo, é mais complexa, pois demanda uma postura mais engajada tanto de governos como da sociedade civil para viabilizá-la. Sacramento e Pinho (2016) voltaram ao tema, mas examinando especificamente a *answerability*^{III} e chegam as conclusões anteriores, a despeito de alguns anos passados. Assim, pontuaram que apesar dos avanços contínuos de transparência, os resultados não são ainda sólidos e de monta, resistindo a matriz patrimonialista da formação brasileira.

Em se tratando de um conceito próprio de transparência, "a palavra tem inspirado uma infinidade de frases inteligentes de definição e adjetivos, bem como

^{III} Sacramento e Pinho (2014, p. 2), seguindo conceito formulado por Schedler (1999), "compreendem que a *accountability* se processa através da integração de suas três questões básicas: informação, justificação e punição, sendo que as duas primeiras exigências – informação e justificação – remetem à dimensão que o referido autor denomina por *answerability* e a última – punição – diz respeito à capacidade de *enforcement*, ou seja, o poder institucional que as agências detêm para impor sanções e perda de mandato/função para aqueles que transgredirem os deveres públicos".

volumosas pesquisas em suas causas, efeitos, limites e eficácia". A crescente produção acadêmica, entretanto, não tem sido respaldada pela compreensão coletiva do termo, "e muito menos qualquer debate sobre o que constitui e o que não constitui a transparência, como deve funcionar, e como proceder para avaliar a sua qualidade" (MICHENER; BERSCH, 2011, p. 1). A fluidez do conceito pode ser explicada, em parte, pelo fato de comumente ser usado em diferentes aspectos relacionados ao fluxo das informações. O destaque de sua importância pela literatura convive com um conceito ainda não solidificado, onde "diversos estudiosos se debruçam na compreensão das causas que facilitam ou restringem a transparência nos estados nacionais e subnacionais." (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2017, p. 391).

Para analisar a transparência da pandemia do Covid-19 pelas capitais brasileiras adotou-se a transparência como "o grau de disponibilidade de informação sobre uma agência ou governo acessível por todos os cidadãos e que permita que estes possam monitorar e controlar o funcionamento desta agência ou deste governo" (COELHO; SILVA; CUNHA; TEIXEIRA, 2018, p. 237). "O compromisso real com a transparência, afinal, representa o fornecimento de informações suficientes para tornar governos suscetíveis a críticas". Não fornecer informações é o mesmo que descumprir, o que tem custos baixos quando a imprensa e o controle midiático e institucional são fracos ou inexistentes (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018, p. 613).

A opção dos portais eletrônicos como fonte empírica para tentar captar o fenômeno baseia-se na premissa de que "a transparência, apoiada nas novas tecnologias, deve se colocar a serviço da população para caracterizar as ações dos gestores públicos, na perspectiva de a sociedade possa compreender e avaliar suas atividades". A transparência pode permitir que as relações entre o Estado e sociedade civil tornem-se ainda mais democráticas por meio de outras situações, como: possibilidade de reduzir a assimetria informacional entre gestores e cidadãos e entre grupos de pressão com diferentes níveis de acesso a recursos de poder; potencialização do controle da corrupção; estímulo ao controle social na prestação de contas e à participação ativa dos cidadãos na administração pública (MARTINS; TEIXEIRA; NEBOT; PEÑA LÓPEZ, 2018, p. 226). Entretanto, Pinho (2008), analisando especificamente portais de governos estaduais, detectou a existência de muita

tecnologia e pouca democracia. A tecnologia implantada atende não só a requisitos de um imperativo tecnológico como também converge com a visão de Martins (2011) que vê o Brasil como uma sociedade barroca com adornos de aparência de modernidade, consubstanciada em um aparato de leis e instituições e, acrescentamos nós, e de tecnologias, que só parecem funcionar. Assim, falta-nos uma cultura enraizada de transparência.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos deste estudo se deram por meio da realização de pesquisas documental de caráter descritivo e com abordagem qualitativa. Foram também utilizados em sua construção consultas bibliográficas necessários para o seu entendimento. Considerou-se como relevante o fato de as capitais representarem as demais cidades de seus respectivos estados com o maior número de casos, possuindo um maior número de infectados. Dentro de cada estado também são as cidades naturalmente mais afetadas pela pandemia do Covid-19 e com potência de gerar muitos mais casos. A terceira justificativa pressupõe as capitais com maiores condições (financeiras, de recursos humanos) de construir portais mais desenvolvidos em termos de transparência (RAUPP, 2014). Assume-se também que deve haver, nas capitais, a existência de uma sociedade mais complexa e plural, de maior cobrança aos poderes instituídos (RAUPP; PINHO, 2011), o que se refletiria no acesso aos portais.

Os dados foram coletados a partir de visitas dirigidas aos portais eletrônicos e analisados pela técnica da análise descritiva. Os endereços eletrônicos das capitais brasileiras estão identificados no Quadro 1 (APÊNDICE).

Foram feitos quatro levantamentos (07-04-2020, 14-04-2020, 21-04-2020 e 28-04-2020) para verificar se haveria evolução do quadro e/ou se os gestores estariam tomando providências para tornar os portais mais transparentes, diante da pressão da sociedade (entidades organizadas) e da opinião pública (mídia, redes sociais) com a questão da pandemia. O protocolo observacional baseou-se no modelo de análise da Campagnucci (2020a, p. 8-9), apresentado por meio do Quadro 2.

Quadro 2 - MODELO DE ANÁLISE DA OPEN KNOWLEDGE BRASIL

Dimensão	Critério	Descrição	Pontuação
Conteúdo	Idade ou Faixa Etária	Idade ou faixa etária das pessoas que pertencem ao grupo de, no mínimo, casos confirmados.	0 = não apresenta; 0,5 = apresenta apenas uma média geral; 1 = apresenta idade ou faixa etária
	Sexo	Sexo das pessoas que pertencem ao grupo de, no mínimo, casos confirmados.	0 = não apresenta; 0,5 = apresenta uma média geral; 1 = apresenta idade ou faixa etária
	Status de atendimento	Especifica casos hospitalizados (internação e UTI) ou em isolamento domiciliar.	0 = não apresenta; 1 = apresenta.
	Doenças preexistentes	Presença de doenças preexistentes/comorbidades (diabetes, hipertensão etc.)	0 = não apresenta; 0,5 = apresenta em algum grupo (ex. óbitos); 1 = apresenta para todos os casos
	Ocupação de leitos	Quantidade de leitos ocupados no estado em relação ao total disponível.	0 = não apresenta; 1 = apresenta
	Outras doenças respiratórias	Número de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave registrados ou outras condições que possam indicar Covid-19.	0 = não apresenta; 1 = apresenta
	Testes disponíveis	Quantidade de testes de que o estado dispõe.	0 = não apresenta; 1 = apresenta
	Testes aplicados	Quantidade de testes já realizados. A quantidade de casos descartados, que pode ser somada à de confirmados, pontua neste tópico, desde que indicado que foram descartados por critério laboratorial.	0 = não apresenta; 1 = apresenta
Granularidade	Microdado	Cada caso é um registro.	0 = não apresenta; 0,5 = apresenta de um grupo de casos; 1 = apresenta
	Localização	Nível de agregação geográfica dos casos divulgados.	estado = 0; cidade = 0,5; bairro, distrito ou hospital = 1

Continua

Conclusão			
Dimensão	Critério	Descrição	Pontuação
Formato	Visualização	Painel para consulta do público em geral.	0 = não apresenta; 1 = apresenta
	Formato aberto	Dados estruturados em ao menos uma planilha em formato editável, de preferência aberto (CSV, ODS).	0 = não apresenta; 1 = apresenta
	Série histórica	Uma base de dados única e atualizada contém o histórico completo, desde o início do registro de casos.	0 = não apresenta série; 0,5 = série em gráfico; 1 = série em uma base completa

Fonte: (CAMPAGNUCCI, 2020a, p. 8-9).

O Índice de Transparência da Covid-19 é representado em uma escala de 0 a 100, em que 0 é atribuído ao ente menos transparente, e 100 ao mais transparente, seguindo as dimensões:

- *Conteúdo* – contempla parâmetros mínimos para produção de análises sobre a disseminação do novo coronavírus e cada critério recebe Peso 1 na composição do Índice (CAMPAGNUCCI, 2020a);
- *Granularidade* – é a dimensão que avalia o detalhamento dos dados divulgados, fornecendo uma camada extra de informação e cada critério recebe Peso 2 na composição do Índice (CAMPAGNUCCI, 2020a);
- *Formato* – avalia de que maneira os dados foram disponibilizados e cada critério recebe Peso 3 na composição do Índice (CAMPAGNUCCI, 2020a).

O Índice é uma iniciativa da OKBR, uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos. Busca avaliar a qualidade dos dados e informações relativos à pandemia publicados pela União, pelos estados e capitais brasileiras em seus portais eletrônicos oficiais. O fato de a OKBR tomar a iniciativa de construir o modelo demonstra como o evento da pandemia do Covid-19 deve ser acompanhado em tempo real.

Resultados

O primeiro conjunto de análises referem-se aos levantamentos efetuados para as dimensões Conteúdo, Granularidade e Formato. As pontuações atribuídas são identificadas por meio do Quadro 3 (APÊNDICE).

A avaliação dos critérios de Conteúdo no primeiro levantamento revelou um impacto negativo na transparência da Covid-19, haja vista que 12 (44,44%) portais receberam pontuação zero em todos os critérios. Informações consideradas básicas,

como idade, sexo e internação, foram aquelas que receberam as maiores pontuações. Por outro lado, a divulgação sobre ocupação de leitos e testes disponíveis foi observada apenas no portal de São Paulo. Este cenário praticamente se manteve nos levantamentos posteriores (segundo, terceiro e quarto). Com o compartilhamento de dados sobre ocupação de leitos, os hospitais podem organizar, dentre outros fatores, a distribuição de atendimentos, e pacientes podem se encaminhar às unidades mais adequadas a cada situação. Já a disponibilização de dados sobre a quantidade de testes disponíveis é importante para se conhecer a infraestrutura já preparada, facilitando a distribuição de casos suspeitos no sistema de saúde (CAMPAGNUCCI, 2020a). Destacaram-se nesta dimensão os portais eletrônicos de Campo Grande, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Palmas e Porto Alegre.

A Granularidade representa um nível mais avançado na transparência das informações. O microdado, ou seja, a anonimização de dados relativos a cada caso, como origem do contágio e tratamento conferido, que pode ajudar a construir uma base de dados de monitoramento (CAMPAGNUCCI, 2020a), foi observado somente em três portais no primeiro levantamento, sendo ainda mais reduzido nos levantamentos que se sucederam. Já a publicização da localização pode auxiliar, por exemplo, órgãos públicos na alocação de recursos de forma eficiente (CAMPAGNUCCI, 2020a), foi identificada em três portais no primeiro levantamento, quatro no segundo, oito no terceiro e nove no quarto, ou seja, uma tendência ascendente. Do total de capitais, 22 (81,48%) receberam pontuação zero nestes dois critérios no primeiro levantamento. Esta taxa se manteve no segundo, caiu para 18 (67,67%) no terceiro e para 15 (55,56%) no quarto. Mesmo mantendo-se no patamar negativo, nota-se uma evolução positiva, o que pode ser interpretado como uma busca de publicização. Destacou-se nesta dimensão o portal eletrônico de Campo Grande.

O Formato das informações é a terceira dimensão que pode potencializar a transparência na Covid-19. O primeiro critério desta dimensão, a visualização dos dados a partir de painéis, foi observada em três portais no primeiro levantamento, caindo para dois portais no segundo e voltando a aparecer em três portais no terceiro e no quarto, o que demonstra um baixo índice de capitais que disponibilizam informações de forma ampla sobre a disseminação do novo coronavírus. No lado

extremo, nenhum portal disponibilizou informações em formato aberto em todos os levantamentos. Quando as informações são publicadas em formato aberto, o acesso por parte de quem não utiliza softwares de edição de planilhas fechados e/ou pagos é facilitado (CAMPAGNUCCI, 2020a). As séries históricas foram identificadas em 10 portais no primeiro levantamento, sete portais no segundo, e 13 portais no terceiro e quarto, sendo o critério mais presente nesta dimensão. No conjunto, 17 (62,96%) capitais receberam pontuação zero nos três critérios no primeiro levantamento. Esta taxa aumenta para 20 (74,07%) no segundo e cai para 14 (51,85%) no terceiro e 10 (37,04%) no quarto. Destacaram-se nesta dimensão os portais eletrônicos de João Pessoa e Rio de Janeiro.

A evolução dos resultados consolidados destes critérios, que em conjunto com os critérios de Conteúdo e Granularidade formam o Índice de Transparência da Covid-19 nas capitais brasileiras, é apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 - Evolução das capitais na transparência sobre a pandemia do Covid-19 nos períodos considerados

Capital	07-04-20			14-04-20			21-04-20			28-04-20		
	Pontuação	Nível	Posição	Pontuação	Nível	Posição	Pontuação	Nível	Posição	Pontuação	Nível	Posição
Aracaju	0	opaco	9	5	opaco	9	5	opaco	13	5	opaco	12
Belém	0	opaco	9	0	opaco	10	0	opaco	14	0	opaco	13
Belo Horizonte	0	opaco	9	0	opaco	10	0	opaco	14	21	baixo	9
Boa Vista	0	opaco	9	0	opaco	10	0	opaco	14	0	opaco	13
Brasília	0	opaco	9	0	opaco	10	0	opaco	14	0	opaco	13
Campo Grande	33	baixo	5	43	médio	3	43	médio	4	50	médio	3
Cuiabá	0	opaco	9	0	opaco	10	14	opaco	10	45	médio	5
Curitiba	7	opaco	8	7	opaco	8	7	opaco	12	0	opaco	13
Florianópolis	29	baixo	6	36	baixo	4	31	baixo	7	33	baixo	7
Fortaleza	0	opaco	9	0	opaco	10	33	baixo	6	0	opaco	13
Goiânia	29	baixo	6	29	baixo	5	29	baixo	8	29	baixo	8
João Pessoa	57	médio	2	57	médio	1	57	médio	1	57	médio	1
Macapá	10	opaco	7	0	opaco	10	24	baixo	9	29	baixo	8
Maceió	29	baixo	6	29	baixo	5	10	opaco	11	33	baixo	7
Manaus	10	opaco	7	5	opaco	9	5	opaco	13	10	opaco	11
Natal	0	opaco	9	5	opaco	9	24	baixo	9	29	baixo	8
Palmas	48	médio	3	14	opaco	6	33	baixo	6	17	opaco	10
Porto Alegre	43	médio	4	43	médio	3	38	baixo	5	48	médio	4
Porto Velho	10	opaco	7	10	opaco	7	10	opaco	11	10	opaco	11
Recife	0	opaco	9	0	opaco	10	0	opaco	14	0	opaco	13
Rio Branco	0	opaco	9	0	opaco	10	0	opaco	14	0	opaco	13

Continua

Conclusão

Capital	07-04-20			14-04-20			21-04-20			28-04-20		
	Pontuação	Nível	Posição	Pontuação	Nível	Posição	Pontuação	Nível	Posição	Pontuação	Nível	Posição
Rio de Janeiro	43	médio	4	50	médio	2	50	médio	2	55	médio	2
Salvador	29	baixo	6	0	opaco	10	0	opaco	14	0	opaco	13
São Luís	0	opaco	9	0	opaco	10	0	opaco	14	0	opaco	13
São Paulo	62	bom	1	10	opaco	7	48	médio	3	5	opaco	12
Teresina	0	opaco	9	0	opaco	10	50	médio	2	55	médio	2
Vitória	29	baixo	6	0	opaco	10	14	opaco	10	43	médio	6

Nota: Níveis de transparência: opaco (0 – 19); baixo (20 – 39); médio (40 – 59); bom (60 – 79); alto (80 – 100).

Fonte: Os autores (2020).

Os resultados dos levantamentos desvelam uma realidade de transparência da Covid-19 nas cidades brasileiras onde prevaleceram capitais com nível opaco, sendo 16 (59,25%) no primeiro levantamento, subindo para 20 (74,07%) no segundo, e caindo para 15 (55,56%) no terceiro e 14 (51,85%) no quarto. Em relação às demais capitais, seis (22,22%) estavam no nível baixo e quatro (14,81%) no nível médio, no primeiro levantamento, situação que praticamente se manteve nas demais avaliações. Somente uma capital esteve no nível bom no primeiro levantamento, situação inexistente nos próximos levantamentos. Não foram identificadas capitais no nível alto nos levantamentos realizados. O comportamento predominante é manutenção do status opaco em 10 capitais, enquanto as outras, em geral, oscilaram. Ainda que “o Índice não deva ser interpretado como uma competição entre entes, mas como um esforço coletivo de combate ao coronavírus por meio da produção e disponibilização de informações oficiais mais íntegras” (CAMPAGNUCCI, 2020a, p. 1), “nem a legitimidade simbólica, nem o monitoramento, nem as preocupações competitivas resultam em compromissos com a transparência no Brasil. Políticos estaduais e municipais majoritariamente valorizam a opacidade em detrimento da transparência” (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018, p. 613). Buscou-se comparar os resultados obtidos com as capitais com aqueles obtidos pela Open Knowledge Brasil (2020), Campagnucci (2020b; 2020c; 2020d) para os estados. A evolução dos resultados consolidados com os estados é apresentada no Quadro 5.

Quadro 5 - Evolução dos estados na transparência sobre pandemia do Covid-19

Estado	02-04-20			08-04-20			15-04-20			22-04-20		
	Pontuação	Nível	Posição	Pontuação	Nível	Posição	Pontuação	Nível	Posição	Pontuação	Nível	Posição
Acre	14	baixo	14	14	opaco	19	19	opaco	17	38	baixo	18
Alagoas	33	baixo	9	31	baixo	13	36	baixo	13	40	médio	17
Amapá	10	opaco	15	10	opaco	21	67	bom	5	69	bom	9
Amazonas	17	baixo	13	40	médio	10	48	médio	9	52	médio	13
Bahia	33	baixo	9	33	baixo	12	33	baixo	14	52	médio	13
Ceará	69	bom	12	60	bom	5	95	alto	1	95	alto	2
Distrito Federal	21	baixo	12	26	baixo	15	29	baixo	15	81	alto	6
Espírito Santo	10	opaco	15	10	opaco	21	93	alto	2	93	alto	3
Goiás	14	baixo	14	19	opaco	17	19	opaco	17	83	alto	5
Maranhão	45	médio	6	71	bom	2	74	bom	3	79	bom	7
Mato Grosso	31	baixo	10	43	médio	9	43	médio	11	45	médio	15
Mato Grosso do Sul	45	médio	6	43	médio	9	43	médio	11	43	médio	16
Minas Gerais	48	médio	5	48	médio	8	52	médio	8	52	médio	13
Pará	0	opaco	16	0	opaco	22	40	médio	12	43	médio	16
Paraíba	10	opaco	15	40	médio	10	43	médio	11	43	médio	16
Paraná	10	opaco	15	24	baixo	16	74	bom	3	76	bom	8
Pernambuco	81	alto	1	90	alto	1	95	alto	1	98	alto	1
Piauí	21	baixo	12	29	baixo	14	71	bom	4	79	bom	7
Rio de Janeiro	64	bom	3	62	bom	4	74	bom	3	79	bom	7
Rio Grande do Norte	29	baixo	11	60	bom	5	67	bom	5	67	bom	10
Rio Grande do Sul	36	baixo	8	55	médio	6	55	médio	7	60	bom	12
Rondônia	0	opaco	16	38	baixo	11	43	médio	11	90	alto	4
Roraima	40	médio	7	40	médio	10	40	médio	12	40	médio	17
Santa Catarina	10	opaco	15	17	opaco	18	52	médio	8	52	médio	13
São Paulo	31	baixo	10	69	bom	3	62	bom	6	64	bom	11
Sergipe	10	opaco	15	12	opaco	20	21	baixo	16	43	médio	16
Tocantins	50	médio	4	48	médio	8	45	médio	10	45	médio	14

Nota: Níveis de transparência: opaco (0 – 19); baixo (20 – 39); médio (40 – 59); bom (60 – 79); alto (80 – 100).

Fonte: Os autores (2020).

Foram percebidos avanços pelos estados em termos de pontuação e nível, impactando naturalmente nas respectivas posições no *ranking*. A maioria evoluiu no nível de transparência sobre a Covid-19, outros estados mantiveram seus níveis, e apenas dois retrocederam. Para a Campagnucci (2020d, p. 1), na quarta avaliação “46% dos estados ainda não publicavam informação suficiente (nível “Bom” ou “Alto” no *ranking*)”; a taxa era de 90% na primeira avaliação, 78% na segunda, e 64% na terceira. Fazendo uma leitura mais otimista, observa-se que fica devedor na questão da transparência apenas o Estado do Acre, não se notando nenhuma situação opaca no último levantamento, o que pode significar uma tendência positiva a ser detectada em próximas coletas.

Algumas capitais mantiveram os níveis de seus estados, embora com posições

diferentes. Outras capitais apresentaram posições bem diferentes, como se fizessem parte de outros estados, como foi o caso de Recife que apresentou nível opaco nas avaliações, enquanto o Estado de Pernambuco apresentou nível alto. Os entes governamentais, de diferentes esferas, devem divulgar proativamente informações relacionadas à disseminação da Covid-19, incluindo o número de casos, distribuição geográfica, estatísticas sobre mortalidade e recuperação, políticas governamentais e esforços de enfrentamento. O compromisso com a transparência deve ser incluído em todas as políticas e planos de ações desenvolvidos em resposta à disseminação do Covid-19 (ARTICLE 19, 2020).

Considerações finais e limitações

O artigo tem por objetivo analisar a transparência e dados sobre a pandemia do covid-19 nas capitais brasileiras. Foram feitos quatro levantamentos nos portais, baseados na aplicação do Índice de Transparência da Covid-19. As informações mais divulgadas dizem respeito à idade, sexo e tipo de internação. As informações menos divulgadas referem-se à ocupação de leitos e testes disponíveis, o que pode ser entendido sob o ângulo das carências perenes do setor da Saúde no Brasil, agora confrontadas com uma situação praticamente de guerra, sendo que nenhum portal disponibilizou informações em formato aberto. Os resultados obtidos descortinam uma realidade onde prevaleceram capitais com níveis opaco e baixo, indicando a impossibilidade de construção, no momento, de "transparencialização" de informações sobre a pandemia no Brasil.

Há capitais que estão trilhando um caminho na busca por transparência, principalmente aquelas classificadas nos extratos bom e médio, já que não houve classificação no nível alto. Outras capitais, classificadas no nível opaco, parecem mais distantes deste caminho. Tem-se a noção de que a métrica é exigente, pois partiu-se de um modelo construído, em princípio, para os Estados, para analisar as capitais. Foram feitos quatro levantamentos para verificar se haveria evolução do quadro e/ou se os gestores estariam tomando providências para tornar os portais mais transparentes em relação às informações sobre a pandemia do Covid-19, fato que não foi observado na maioria das capitais. Ainda que os dados disponibilizados nos portais possam servir de guia para o público em geral e para os governos (setores ligados à saúde, por exemplo), constatou-se uma navegação no site nada amigável,

ou seja, os dados não estão tão perceptíveis, sendo necessário insistir na observação para poder encontrá-los.

Recomenda-se que estudos futuros incluam outros períodos posteriores ao considerado (por exemplo, um semestre mais adiante ou no mês de dezembro do mesmo ano). Isso permitiria realizar uma análise comparativa da evolução ou não da transparência na divulgação dos dados da pandemia ao longo do ano (ou de um período mais longo). Torna-se relevante não deixar de considerar a evolução da pandemia e também os esforços realizados no sentido de garantir a divulgação de resultados inclusive por consórcios outros além dos portais nas diferentes esferas governamentais.

Futuros estudos também devem ser apoiados para que possam contribuir para minimizar as limitações da pesquisa. A primeira delas se refere aos casos selecionados, ou seja, os resultados se restringem às cidades investigadas, sendo as considerações direcionadas ao objeto empírico, sem generalizações. A segunda limitação é teórica e pondera que a escassez de estudos sobre a transparência relativa à pandemias dificulta comparativos com outros estudos. A terceira limitação, inerente a este tipo de estudo, deriva da velocidade com que as mudanças na tecnologia e na própria estrutura dos portais eletrônicos ocorrem. Assim, os dados representam a realidade do período de coleta.

Referências

ARTICLE 19. *Viral lies: misinformation and the coronavirus*. [Londres: Free Word Centre], 2020. Disponível em: <https://www.article19.org/wp-content/uploads/2020/03/Coronavirus-final.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

CAMPAGNUCCI, F. (coord.). Apenas 4 estados publicam quantidade de testes disponíveis. *Open Knowledge Brasil*, [S. l.], 2020d. Disponível em: https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19_Boletim_4.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

CAMPAGNUCCI, F. (coord.). Coronavírus: metade dos estados melhora em transparência. *Open Knowledge Brasil*, [S. l.], 2020b. Disponível em: https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19_Boletim_2.pdf. Acesso em: 9 abr. 2020.

CAMPAGNUCCI, F. (coord.). Índice de transparência da Covid-19: nota metodológica. *Open Knowledge Brasil*, [S. l.], 2020a. Disponível em: https://www.ok.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Nota_Metodologica_Transparencia_da_Covid-19V.2.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

CAMPAGNUCCI, F. (coord.). 78% dos estados ainda não divulgam taxa de ocupação de leitos. *Open Knowledge Brasil*, [S. l.], 2020c. Disponível em: https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19_Boletim_3.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

COELHO, T. R.; SILVA, T. A. B. da; CUNHA, M. A.; TEIXEIRA, M. A. C. Transparência governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: uma “dança dos sete véus” incompleta?. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, [S. l.], v. 23, n. 75, p. 235-260, maio/ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v23n75.73447>. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/73447>. Acesso em: 16 abr. 2020.

MACADAR, M. A.; FREITAS, J. L. de; MOREIRA, C. R. Transparência como elemento fundamental em governo eletrônico: uma abordagem institucional. *Revista Gestão & Tecnologia*, Pedro Leopoldo, MG, v. 15, n. 3, p. 78-100, set./dez. 2015. Disponível em: <http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/631>. Acesso em: 20 maio 2020.

MARTINS, J. de S. *A política do Brasil lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, S.; TEIXEIRA, M. A. C.; NEBOT, C. P.; PEÑA LÓPEZ, M. A. Transparência, *accountability* e governança pública. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, MG, v. 10, n. 4, p. 226-227, out./dez. 2018.

MICHENER, G.; BERSCH, K. Conceptualizing the quality of transparency. In: GLOBAL CONFERENCE ON TRANSPARENCY RESEARCH, 1., 2011, Newark, N. J. *Anais [...]*. Newark, N. J.: [s. n.], 2011.

MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I. Da opacidade à transparência? avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. *Revista de Administração*

Pública, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 610-629, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/75716>. Acesso em: 1 jun. 2020.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. Coronavírus: transparência em 90% dos estados brasileiros é insuficiente. *Open Knowledge Brasil*, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.ok.org.br/noticia/coronavirus-transparencia-em-90-dos-estados-brasileiros-e-insuficiente/>. Acesso em: 03 abr. 2020.

PINHO, J. A. G. de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-493, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/j8dGWgrkM8KVBwm5gzXhSjr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 abr. 2020.

PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português?. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/g3xgtqkwFJS93RSnHFTsPDN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2020.

RAUPP, F. M. Prestação de contas de executivos municipais de Santa Catarina: uma investigação nos portais eletrônicos. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, MG, v. 6, n. 3, p. 109-167, 2014. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v6i3.4561>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4561>. Acesso em: 5 abr. 2020.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. de. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina antes e após a Lei da Transparência. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 81-98, 2011. DOI: <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v16i3.5423>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5423>. Acesso em: 5 abr. 2020.

SACRAMENTO, A. R. S.; PINHO, J. A. G. de. The process of implementing answerability in contemporary Brazil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 193-213, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612147614>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/5HFGfHKdghZ96fcZTGrtVP/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 5 abr. 2020.

SACRAMENTO, A. R. S.; PINHO, J. A. G. de. A trajetória da answerability no Brasil contemporâneo (1985-2010): avanços e dilemas. In: ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. Transparência orçamentária: razões do descompasso entre os estados brasileiros. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 24, n. 82, p. 390-411, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-9240822>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/spnyKQJpzdNgrRYDk5V6chL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2020.

Apêndice

Quadro 1 - Endereços dos portais eletrônicos das capitais brasileiras

Estado	Capital	Endereço eletrônico
Acre	Rio Branco	http://www.riobranco.ac.gov.br/
Alagoas	Maceió	http://www.maceio.al.gov.br/
Amapá	Macapá	https://macapa.ap.gov.br/
Amazonas	Manaus	http://www.manaus.am.gov.br/
Bahia	Salvador	http://www.salvador.ba.gov.br/
Ceará	Fortaleza	https://www.fortaleza.ce.gov.br/a-cidade
Distrito Federal	Brasília	http://www.brasilia.df.gov.br/
Espírito Santo	Vitória	https://www.vitoria.es.gov.br/
Goiás	Goiânia	https://www12.goiania.go.gov.br/
Maranhão	São Luís	https://www.saoluis.ma.gov.br/
Mato Grosso	Cuiabá	http://www.cuiaba.mt.gov.br/
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	http://www.campogrande.ms.gov.br/
Minas Gerais	Belo Horizonte	https://prefeitura.pbh.gov.br/
Pará	Belém	http://www.belem.pa.gov.br/
Paraíba	João Pessoa	http://www.joaopessoa.pb.gov.br/
Paraná	Curitiba	https://www.curitiba.pr.gov.br/
Pernambuco	Recife	http://www2.recife.pe.gov.br/index.php
Piauí	Teresina	https://pmt.pi.gov.br/
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	http://prefeitura.rio/
Rio Grande do Norte	Natal	https://natal.rn.gov.br/
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	https://prefeitura.poa.br/
Rondônia	Porto Velho	https://www.portovelho.ro.gov.br/
Roraima	Boa Vista	https://www.boavista.rr.gov.br/
Santa Catarina	Florianópolis	http://www.pmf.sc.gov.br/
São Paulo	São Paulo	http://www.capital.sp.gov.br/
Sergipe	Aracaju	https://www.aracaju.se.gov.br/
Tocantins	Palmas	https://www.palmas.to.gov.br/

Fonte: Os autores (2020).

Quadro 3 - Conteúdo, granularidade e formato das informações disponibilizadas

Capital	Conteúdo																																
	Idade				Sexo				Internação				Doenças preexistentes				Ocupação de leitos				Outras doenças respiratórias				Testes disponíveis				Testes aplicados				
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	
Aracaju	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
Belém	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Belo H.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,5	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Boa Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Brasília	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
C. Grande	1	1	1	1	1	0,5	0,5	1	1	1	1	1	0	0,5	0,5	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cuiabá	0	0	0,5	1	0	0	0,5	0,5	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Curitiba	0,5	0,5	0,5	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Florianópolis	1	1	1	0,5	1	0,5	0,5	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Fortaleza	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Goiânia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
J. Pessoa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Macapá	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Maceió	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Manaus	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Natal	0	0	1	0,5	0	0	1	0,5	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Palmas	1	1	1	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
P. Alegre	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1
P. Velho	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recife	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio B.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio de J.	0	1	1	1	0	0,5	0,5	0,5	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Salvador	0,5	0	0	0	0,5	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Luís	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Paulo	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1
Teresina	0	0	1	1	0	0	0,5	0,5	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Vitória	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Continua

Conclusão

Capital	Granularidade								Formato															
	Microdado				Localização				Visualização				Formato aberto				Série histórica				1	2	3	4
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
Aracajú	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Belém	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Belo H.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Boa Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brasília	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C. Grande	1	0,5	0,5	0,5	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1
Cuiabá	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Curitiba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Florianópolis	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Fortaleza	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
Goiânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
J. Pessoa	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Macapá	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1
Maceió	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1	1
Manaus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Natal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Palmas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0
P. Alegre	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
P. Velho	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recife	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio B.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio de J.	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Salvador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
São Luís	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Paulo	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0
Teresina	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Vitória	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1

Nota: As colunas numeradas de 1 a 4 representam as datas de levantamento das informações, sendo 1 = 07-04-2020, 2 = 14-04-2020, 3 = 21-04-2020 e 4 = 28-04-2020.

Fonte: Os autores (2020).